



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O  
PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR**

**DULCE VICENTINA DE SOUZA**

**ORIENTADORA: ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA**

**BRASÍLIA/2011**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**DULCE VICENTINA DE SOUZA**

## **AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB - Pólo de Ipatinga. Orientadora: Professora Mestre Rosania Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**DULCE VICENTINA DE SOUZA**

# **AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

---

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinadora)

---

DULCE VICENTINA DE SOUZA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia a meus pais Marly e José Carlos, que em nenhum momento mediram esforços para a realização dos meus sonhos, que me guiaram pelos caminhos corretos e ensinaram que a honestidade e o respeito são essenciais à vida.

Dedico esta monografia também a meu futuro esposo Marcos, pela paciência e companheirismo na realização deste sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a conclusão deste trabalho primeiramente à Deus, o grande incentivador e acalentador nas horas difíceis.

Agradeço a todos de minha família, pelo apoio constante na luta pelo saber contínuo, a meu futuro esposo pelos momentos de tolerância com muitas atribulações que a vida nos oferece.

Agradeço em especial à amiga Iralda, que me orientou sobre a inscrição para a realização dessa Pós-Graduação, uma vez que nós professores temos dificuldades financeiras para adquirir uma especialização com recursos próprios. Que Deus providencie em dobro para você e sua família a alegria que você me proporcionou em realizar essa Pós-Graduação.

## RESUMO

A Educação Física pode ser uma aliada na educação inclusiva, uma vez que é uma disciplina socializadora, que prioriza o movimento corporal, a melhora da autoestima e da confiança dos indivíduos em seu corpo e contribui na superação de suas limitações. O presente estudo teve por objetivo estudar as contribuições do profissional de educação física no processo de inclusão escolar no ensino regular. A Fundamentação Teórica foi embasada em autores como Lunardi (2001), Rodrigues (2003), Leandro, (2002), LDB (1996), PCN (1998), Silva, Júnior e Araújo (2008), Soler (2009), Coelho (2010), Brotto (2001), entre outros. A pesquisa teve cunho qualitativo. Para coleta de dados foram utilizados como instrumentos dois questionários, compostos por questões abertas. A amostra foi constituída de 02 participantes, professores de uma instituição de ensino municipal da cidade de Ipatinga MG, sendo um professor de Educação Física e o outro o professor regente de turma. Os informantes eram do sexo feminino e possuíam experiência na área da Educação Escolar Inclusiva. Os resultados do trabalho apontaram que de forma geral a Educação Física tem contribuído significativamente para o processo de inclusão escolar, uma vez que é uma disciplina socializadora e capaz de melhorar padrões de movimentos motores e psicomotores dos alunos. Os resultados apontaram também que uma das dificuldades encontradas pelos professores na inclusão educacional foram a falta de materiais adequados para trabalhar com os alunos com N.E.E e a falta de espaços físicos com acessibilidade, principalmente rampas e corrimão nos espaços coletivos da escola. Em relação a formação continuada dos professores os mesmos disseram que a Rede Municipal tem buscado sempre oferecer capacitações para os professores de todas as áreas, inclusive para os professores de Educação Física. Assim, podemos concluir que a Educação Física pode ser um grande colaborador no processo de inclusão escolar, desde que o profissional tenha condições de trabalhar e fazer constantes capacitações e valorização de seu trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação inclusiva; educação física; formação do professor de educação física; pessoas com necessidades especiais; ensino regular.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	06
<b>SUMÁRIO</b>	07
<b>APRESENTAÇÃO</b>	08
<b>I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	12
1.1- Breve Histórico da Inclusão Escolar	12
1.2- Breve Histórico da Educação Física	14
1.3- A Educação Física e a Escola Inclusiva	16
1.4- Aspectos da Formação Continuada do Professor de Educação Física	19
1.5- Expectativas Atuais da Prática Pedagógica na Educação Inclusiva	21
<b>II- OBJETIVOS</b>	23
<b>III- METODOLOGIA</b>	24
<b>IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	30
<b>V- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	37
<b>REFERÊNCIAS</b>	39
<b>APÊNDICES</b>	42
A- Questionário - Professor de Educação Física (Modelo)	42
B- Questionário - Professor Regente (Modelo)	44
<b>ANEXOS</b>	46
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	46
B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Professores (Modelo)	47

## APRESENTAÇÃO

As discussões atuais, no âmbito político e educacional, vêm fazendo da inclusão escolar uma temática para a valorização e o respeito à diversidade humana, bem como a realidade social e histórica, fundamentada na desigualdade, em que estão inseridas as instituições escolares. Dessa forma, a inclusão escolar torna-se um dos maiores desafios para a sociedade moderna que ainda estigmatiza e discrimina as pessoas com necessidades especiais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação (LDBEN, 1996), artigo 4º, inciso III, “é dever do Estado o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Dessa forma, a inclusão escolar torna-se obrigatória e procura por meio da normatização garantir dignidade, respeito e integração das pessoas com necessidades especiais à sociedade. No entanto, o maior obstáculo da legislação é a prática, pois a letra da Lei esbarra na mentalidade preconceituosa já instalada socialmente. Nesse sentido, se faz necessário um esforço conjunto, do Estado, comunidade, gestores, família e à ação de profissionais da educação para mudar este quadro, como salienta Sapon Shevin (1999, p. 37):

Na busca da criação e manutenção de escolas e comunidades realmente inclusivas, as crianças e os professores devem enxergar-se como agentes ativos para as mudanças, dispondo-se a enfrentar e desafiar os estereótipos e o comportamento opressivo e discriminatório que ainda persiste em nosso meio social.

No Brasil, as discussões sobre a inclusão escolar e sua importância para concretização de uma sociedade mais democrática se intensificaram desde a década de 80, dentre outros motivos, devido às mudanças fomentadas pelo processo de redemocratização do país que reverberou nos escritos pedagógicos que se propunham o repensar do papel da escola, dos vários conteúdos por ela trabalhados na formação do educando e a necessidade de uma educação para todos, que combatesse os preconceitos e promovesse o respeito às diferenças.

A Constituição de 1988 foi um marco importante no processo educacional inclusivo. O art. 205 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. No art. 206, verificamos vários princípios democráticos, norteados na educação, como a igualdade de convicções não só de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de idéias e

concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas; a existência de ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público.

Outro marco importante na intensificação da inclusão foi a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que proclamou o direito de educação para todos, garantindo assim que as pessoas com necessidades educacionais especiais pudessem frequentar a escola regular junto com os demais alunos.

Diante desse contexto, a educação física, participa efetivamente desse processo, uma vez que, a disciplina constitui parte integrante do currículo escolar e contribui para a formação física, social e cognitiva do aluno, além de ser uma disciplina mais facilmente inclusiva, devido à flexibilidade atribuída em seus conteúdos, o que promove uma maior diferenciação curricular. Como reflete Rodrigues (2003, p.70):

A educação física é julgada uma área importante de inclusão, dado que permite uma ampla participação, mesmo de alunos que evidenciam dificuldades. Assim, a educação física é capaz de suscitar uma participação e um grau de satisfação elevado de alunos com níveis de desempenho muito diferentes.

Segundo Rodrigues (2003) a educação física, como disciplina curricular, não pode ficar indiferente ou neutra em face deste movimento de educação inclusiva. Fazendo parte do currículo oferecido pela escola, esta disciplina pode-se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional a que a escola seja ou se torne mais inclusiva.

Apesar da importância que a educação física tem dentro do contexto educacional, podendo contribuir para aumentar o rendimento escolar, sendo uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, ela ainda é vista como a realização de atividades físicas ou como uma “brincadeira”, ou seja, é comumente considerada pelos alunos e, até mesmo por professores, como um momento para brincar no qual não há um sentido ou objetivos pedagógicos a serem alcançados.

No entanto, segundo Coletivo de Autores (1992, p. 33), essa concepção vem mudando desde as décadas de 70 e 80, quando surgem movimentos renovadores na educação física, dentre eles, a psicomotricidade que privilegia o estímulo ao desenvolvimento psicomotor especialmente a estruturação do esquema corporal e as aptidões motoras, ressaltando a teoria geral de movimento que permite utilizá-lo como meio de formação.

Nesse sentido, Libâneo (1985, p. 25), em seu conceito de educação física, a denomina de “tendência liberal não diretiva”, na qual o “social” é entendido como uma extensão do individual, ou seja, trata-se de desenvolver atitudes de cooperação e solidariedade, a fim de inserir-se de maneira positiva no meio social já dado.

A partir das novas perspectivas sobre a disciplina, percebe-se que a educação física tem como objetivos a formação motora, psicomotora e principalmente social dos alunos que estão inseridos no processo de ensino aprendizagem, o que demonstra seu grande valor no processo de formação e maturação de pessoas com ou sem necessidades educacionais especiais, uma vez que, trata-se de uma aula de caráter lúdico que se fundamenta no princípio de individualidade biológica, respeitando os limites de cada um.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997),

A área de Educação Física hoje contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. Entre eles, se consideram fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde.

Nesse sentido, percebe-se que a educação física pode ser uma aliada na educação inclusiva, uma vez que é uma disciplina socializadora e que prioriza o movimento corporal, a melhora da autoestima e da confiança dos indivíduos em seu corpo e contribui na superação de suas limitações.

Dessa forma, a educação física pode oferecer um suporte indispensável para que as alterações e superações aconteçam na inclusão escolar. Para isso, é necessário que a disciplina seja oferecida como uma educação física adaptada e que os profissionais sejam capacitados para atender a todos, sem exclusão.

A inclusão pode ser vista como um motivo que levará ao aprimoramento da capacitação profissional de professores, constituindo uma ferramenta para que a escola se modernize em prol de uma sociedade sem espaço para preconceitos, discriminações ou barreiras sociais. (LIMA; DUARTE, 2001, p. 21).

A escola, como uma instituição social, apresenta em seu interior normas de conduta e comportamentos vindos de um sistema hierárquico de ensino, nos quais fundamentam as diversas práticas pedagógicas. Em meio a esse sistema complexo, os profissionais da educação física ainda se encontram em situações extremas de condições de trabalho, com a

falta de material adequado e até mesmo com a falta de um local específico para a prática de atividades esportivas. No entanto, ainda que as dificuldades sejam inúmeras, ainda assim é possível que o professor busque alternativas para atender a todos os educandos, transformando a aula de educação física em um ambiente agradável e socializador.

Assim, como profissional de educação física que sou, acredito que esse trabalho irá mostrar que tal disciplina, como um dos componentes curriculares da educação básica, não pode ficar indiferente ou neutra face ao movimento da educação inclusiva. Como faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, essa disciplina deve-se constituir num dos adjuvantes do processo da inclusão escolar e social. Para tanto, há necessidade que os cursos de educação superior, que formam o licenciado em Educação Física, desenvolvam competências para esse fim.

Diante disso, esse trabalho tem como objetivos, mesmo que de maneira exploratória, estudar os benefícios da Educação Física para a inclusão no ensino regular, bem como descrever como os profissionais de educação física que atuam em uma escola municipal da cidade de Ipatinga-MG, se inserem no processo de inclusão de alunos com diferentes necessidades especiais, seus principais anseios e dificuldades, e ainda, como os professores regentes pensam sobre o ensino de Educação Física, ou seja, a importância da disciplina para a inclusão escolar e os limites e possibilidades para a efetivação de uma educação realmente inclusiva; a importância de se qualificar o profissional de Educação Física para ser o mediador desse processo de construção da cidadania.

Para um melhor acompanhamento este trabalho foi dividido em partes: Fundamentação Teórica – onde foi realizada uma revisão literária dos autores que versam sobre o tema; Objetivos do trabalho; Metodologia – o caminho trilhado para a realização do trabalho; Resultados e Discussão – onde são apresentados e discutidos os resultados obtidos em campo e, as Considerações Finais.

## I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1- Breve Histórico da Inclusão Escolar

Para iniciar uma reflexão sobre a inclusão escolar, faz-se necessário inicialmente considerar o conceito de educação especial, bem como uma breve retrospectiva histórica no Brasil.

Neste sentido, Lunardi (2001, p. 27) afirma que a educação especial é como uma subárea da educação, um local “menor”, que trata de forma caridosa e benevolente aqueles indivíduos com deficiências. A partir dessa perspectiva, estes indivíduos são descaracterizados de sua condição social de sujeitos, cidadãos pertencentes a uma nação, possuidores de sexualidade, idade, sexo e etnia.

Entretanto, torna-se complexa a definição de educação especial, uma vez que não se consegue especificar quais indivíduos podem ser enquadrados nesta modalidade de ensino.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Especial (1998, p. 21), essa modalidade de educação tem sido atualmente definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos, definindo assim a educação especial “como sendo elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realizando-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos”. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais.

Isso explica a grande transformação que o Brasil vem apresentando em relação à concepção de educação especial, priorizando o atendimento igualitário e inclusivo de todos os alunos de uma mesma instituição de ensino, sem discriminações e isolamento dos alunos ditos especiais.

Neste contexto, Coelho (2010, p. 58) amplia conceitos em relação à inclusão, enfocando que diversos são os documentos que foram sendo produzidos durante esse processo de avanços e conquistas. A pluralidade normativa é, muitas vezes, contraditória, já que nos diferentes documentos o conceito de inclusão é abordado em diferentes perspectivas. Para o

argumento que se procura construir neste momento do texto, utiliza-se a definição estabelecida no documento que institui as Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica. A Resolução nº. 02, de 11/09/2001 indica que inclusão é: “a garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de receptividade à diversidade humana e às diferenças individuais, em um esforço de equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões de vida.” Como um fenômeno sociocultural recente, a inclusão exige permanente esforço para a caracterização e compreensão de suas peculiaridades.

E, ainda, os textos abaixo relacionados englobam documentos importantes no processo histórico que estamos vivendo em relação à inclusão social de pessoas com deficiência. São eles:

- Declaração de Salamanca, 1994;
- Lei n. 9.394/96 – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n. 10 172/01;
- Resolução CNE/CEB n. 2/2001, diretrizes de educação especial na educação básica;
- Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, 2007;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008);
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008).

Em relação ao movimento de inclusão de pessoas com deficiência, considera-se o marco na luta contra o preconceito, o documento da Declaração de Salamanca 1994, elaborado na reunião internacional de “Educação para Todos”, naquela cidade espanhola. A partir da Declaração, as discussões e ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiências passam a se organizar como políticas públicas de atendimento, inclusive no Brasil. Desde então, nos mais diferentes grupos e de forma cada vez mais abrangente, o princípio da inclusão tem sido a tendência nos diversos contextos da organização social, na proposição de políticas públicas, nos documentos legislativos e jurídicos, na mídia em geral e em especial na mídia televisiva, nos esportes, nas definições no âmbito do atendimento à saúde e à educação.” (COELHO, 2010, p. 59.)

Dessa forma as escolas regulares seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...]. (UNESCO, 1994).

Seguindo esse pensamento, Hegarty (1994) *apud* Rodrigues (2003, p. 69) define educação inclusiva como: “o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular.”

Assim, a educação já não é somente para alunos com condições de deficiência encontradas física ou mental, mas para alunos com qualquer necessidade especial, englobando todos os tipos e graus de dificuldades que se verificam no currículo escolar.

Nesse contexto, Rodrigues (2003, p. 69), explica que a escola inclusiva procura responder, de forma apropriada e com alta qualidade, não só à deficiência, mas a todas as formas de diferenças de alunos (culturais, étnicas, etc.). Dessa forma, a educação inclusiva recusa a segregação e pretende que a escola não seja só universal no acesso, mas também no sucesso.

### **1.2.- Breve Histórico da Educação Física**

Segundo Leandro (2002, p. 16), a história da Educação Física começa com os chineses, hindus, egípcios, persas e mesopotâmicos e com os gregos e romanos assumindo maior precisão em face de um conhecimento melhor das condições de sua civilização.

Segundo o mesmo autor os movimentos de marchar, trepar, correr, saltar, lançar, atacar e defender, levantar e transportar foram movimentos desenvolvidos pelos homens pré-históricos. Possuíam grande resistência nas longas caminhadas e marchas, velocidade nas corridas, precisão nos arremessos e força nos braços e pernas, o que lhes garantiam extraordinário desenvolvimento muscular.

Mais ou menos 3 mil anos a.C. os Chineses desenvolveram a caça, a luta, o arco e a flecha, a esgrima de sabre, danças e um jogo de bola. Datam também deste período os exercícios físicos com finalidades higiênicas e terapêuticas, o *Cong Fou* que designa o homem que trabalha com arte, o Ginasta (LEANDRO, 2002).

Entre 1122 e 255 a. C. as atividades físicas e as práticas desportivas ganham grande popularidade, como a luta, o tiro ao arco, a equitação e a dança das espadas, introduzida tanto nas escolas como no exército (LEANDRO, 2002).

Ainda segundo Leandro (2002), os hindus também realizavam exercícios corporais e as práticas higiênicas, as atividades físicas mais populares realizadas na Índia eram as corridas, equitação, caça, natação e *box*. As atividades físicas praticadas pelos Japoneses eram

a natação, equitação, esgrima, ginástica médica e as manobras de massoterapia, as duas últimas como provam a forte influência que os Chineses e Hindus exerciam sobre os Japoneses.

No Período Feudal, a ginástica se populariza, caracterizada por exercícios sem aparelhos, de flexibilização, destreza e exercícios realizados com um grosso bambu de 2 metros. Além destes, a marcha, a corrida, o salto e os exercícios de equilíbrio encontraram grande aceitação assim como o Jiu-Jítsu que se tornou um sistema nacional de cultura física (LEANDRO, 2002).

Nesse sentido Leandro (2002, p. 17.) reforça que entre os povos do Oriente, podemos citar os Egípcios que realizavam exercícios gímnicos e acrobáticos, arco e flecha, corrida, salto, arremessos, equitação, esgrima, luta, box, natação, remo, corridas de carro e dança.

Os Assírios e caldeus eram extremamente cruéis, cultivavam a força física, a destreza e a resistência. Realizavam longas marchas, rápidas corridas, manejavam o arco e flecha, arremesso de lanças, lutas, equitação, natação e canoagem (LEANDRO, 2002).

Os Hebreus usavam armas e lutavam, utilizavam arco e flecha, lanças e espadas. Os medas e persas ensinavam as crianças a montar a cavalo, atirar com arco e flecha e a arremessar com o dardo. Já os fenícios primavam pela prática da natação, o manejo do arco e flecha, o arremesso de lanças, caça e a luta. Os Cretences eram apaixonados pelos exercícios de força, velocidade, corrida a pé, *box* e touradas (LEANDRO, 2002).

Na Grécia Antiga o plano educacional elaborado por Platão, precursor da Eugenia, estabelecia que os jovens praticassem a ginástica entre 6 e 17 anos de idade. Entre os 17 e 20 anos eram submetidos aos exercícios militares. Aristóteles segue a mesma linha de raciocínio de Platão, defendendo a formação do corpo antes do espírito devendo então os jovens a praticarem a ginástica e a pedrotríbia que se limitavam aos exercícios mecânicos, portanto o ginasta poderia ser considerado um teórico enquanto que pedrotriba, um prático. Neste período os jogos eram importantíssimos na vida do povo grego e realizados em todas as cidades tendo como centros: Olímpia, Deltos, Neméia e o Istmo de Corinto (LEANDRO, 2002, p. 18).

Neste sentido Silva, Júnior e Araújo (2008, p. 25-27) defendem que a Educação Física assumiu três tendências fortes no Brasil:

- Higienista: até o início do período republicano;

- Militarista: aliada à tendência higienista, é levada ao meio civil pelas instituições militares. No entanto, outras tendências, ainda que tímidas e abafadas pelas forças militares, começaram a se desenvolver, como por exemplo: Desporto Lúdico e Educação Lazer e Educação Física, sendo o primeiro com organizações de campeonatos de natação e o segundo voltado para a Educação Física como forma de lazer.

- Tecnicista: a ditadura militar reforça o positivismo por meio da tendência tecnicista. O objetivo é ganhar, ser melhor. O desporto de alto nível ganha ênfase nesta época.

Contudo, a Educação Física sofreu influências de movimentos da educação humanista, onde muitos estudos e conferências sobre técnicas educacionais humanistas foram realizados e questões como crescimento dos alunos nos domínios afetivo-atitude, valores, emoções, auto-realização, passaram a fazer parte das discussões e da realidade atual da Educação Física.

### **1.3- A Educação Física e a Escola Inclusiva**

Soler (2009, p. 15-24), compreende a prática da Educação Física inclusiva uma tarefa árdua, pois a história da Educação Física Escolar é uma história de exclusão e marginalização com os menos hábeis, meninas e portadores de necessidades especiais, além da mídia idealizar corpos sarados e perfeitos, alijando o corpo comum. Nesse sentido, a tarefa do Professor de Educação Física é complexa, pois deve compatibilizar os interesses do grupo com aqueles que apresentam necessidades especiais, das mais variadas, atendendo as características individuais de cada um.

Nesse segmento, a educação brasileira sofreu grande transformação com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996), onde o sistema educacional brasileiro reformulou conceitos para reconhecer e valorizar a diversidade, favorecendo a todos os envolvidos nesse processo.

No texto da LDB nº 9394/96, em seu artigo 58, encontramos “por educação especial, para efeitos desta Lei, entende-se a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Dessa forma, o sistema educacional teve que se adequar para seguir o que a Lei determina, modificando os estabelecimentos de ensino, capacitando os profissionais que receberão esses novos atuantes do sistema educacional. Assim, a escola deve se preparar para receber todas as diferenças, e perceber que cada ser humano é individual, e por ser único, se torna muito especial, todos são especiais, professores e alunos.

Conviver e acolher as diferenças seria então o papel da Escola Inclusiva, mas o que muitas vezes vemos são a discriminação, segregação e exclusão a quem não se encaixa nos padrões preestabelecidos como de normalidade.

Para tentar reverter essa situação, cada vez mais, profissionais ligados à Educação Física estão sendo chamados para atuar junto a essa população especial, e surge uma questão: Esses profissionais estariam preparados para receber e orientar pessoas com necessidades especiais? A resposta costuma ser NÃO. Isso se deve a idéia que se formou ao longo dos anos, de que é bastante difícil se lidar com pessoas com necessidades especiais. Nada mais equivocado, o que se deve ocorrer é uma apropriação de conhecimento específico sobre certos aspectos da deficiência e a partir do conhecimento não se cometer equívocos ou discriminações.

Segundo Vygotsky (1998), uma criança com necessidades especiais não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente. Assim, os educadores, devem se preocupar em como atuar para propiciar esse desenvolvimento, pois os objetivos serão os mesmos; o que muda são as estratégias para se atingir tais objetivos.

Assim, Soler (2009, p. 23) afirma que o trabalho da Educação Física Inclusiva deve criar um novo modelo mais justo e acolhedor para a Educação Física Escolar, criando alternativas para eliminar a competição exagerada, que leva à exclusão e basear-se na pedagogia cooperativa, tentando com isso criar também uma nova ética, uma ética cooperativa. Assim, quem tem poucas habilidades motoras, poderão estar sempre participando e sendo capacitados em suas dificuldades.

Os jogos cooperativos são jogos em que os participantes jogam uns com os outros, em vez de uns contra os outros. Joga-se para superar desafios. São jogos para compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos, gerando pouca preocupação com o fracasso ou com o sucesso para os fins em si mesmos. Eles reforçam a confiança mútua e todos podem participar autenticamente. Ganhar e perder são apenas referências para o contínuo aperfeiçoamento pessoal e coletivo. (SOLER, 2009, p. 139).

Nesse sentido, os jogos cooperativos favorecem algumas atitudes:

- Evitam situações de exclusão.
- Diminuem as chances de experiências negativas.
- Favorecem o desenvolvimento das habilidades motoras e capacidades físicas.
- Estimulam um clima de alegria e descontração.
- Promovem o respeito pelas diferenças.
- Ensinam além das regras e estrutura de jogo.

De acordo com Brotto (2001), é possível oferecer aos educandos diferentes níveis de cooperação dentro dos Esportes, fazer também muitas atividades com a SIMPLICIDADE, sem perder a MOTIVAÇÃO e o PRAZER de se jogar COM o outro. Não há rigidez na aplicação dos diferentes tipos de Jogos Cooperativos. O que existem nos jogos e que podem ser descobertos pelo grupo de alunos e pelo professor são novas soluções e novos caminhos.

As características principais, de acordo com Brotto (2001), dos Jogos Cooperativos estão descritas no esquema abaixo:



Figura 1. Características dos Jogos Cooperativos

Segundo Silveira [et al.] (2008, p. 4) nos Jogos Cooperativos, a liderança circular é estimulada, a vontade de continuar jogando também. Todos são aceitos como são e pelo que são. Há ajuda mútua e confiança. PERSEVERAR é preciso, além do desejo de continuar jogando JUNTO. Assim, os jogos cooperativos podem realmente ser um interessante “atalho” no ensino de um dos conteúdos da Educação Física, o Esporte.

No entanto, vale ressaltar que os princípios da cooperação, aplicados ao ensino dos esportes, serão capazes de potencializar ações positivas no processo inclusivo somente se houver conhecimentos específicos da área da Educação Física. Os profissionais devem compreender o esporte e os jogos cooperativos, buscando as suas interações e inter-relações para auxiliar o processo de inclusão. Sua atuação pedagógica deve ser, obviamente, eficaz, não se esquecendo da sua função como agente pedagógico e sua importância no processo educacional. Se nada disso ocorrer, os Jogos Cooperativos perderão seu significado dentro deste complexo processo de ensino-aprendizagem e não estimularão em nada a inclusão, tornando-se um “atalho” falso e vazio (SILVEIRA *et al.*, 2008, p. 4).

Portanto, a melhor iniciativa para a Educação Física Inclusiva é a participação efetiva de todos os alunos, sem distinção de deficiência ou condição especial, unidos em jogos cooperativos que estimulem o convívio mútuo e a autoconfiança.

#### **1.4- Aspectos da Formação Continuada do Profissional de Educação Física**

A formação profissional no Brasil, ao longo da história, tem passado por diversos processos de mudanças. A formação em Educação Física não ficou alheia a estes movimentos, porque a própria busca de identidade na área foi situando-a diferentemente a cada novo passo.

Baseado em Silva, Júnior e Araújo (2008, p. 69), observamos as primeiras organizações para a formação de profissionais na área de Educação Física, no Brasil:

Primeiramente surgiram os cursos técnicos, voltados para as práticas de Educação Física Militar, entre 1902 e 1933, foram criadas 07 Escolas de formação acadêmica em Educação Física. Com a regulamentação aprovado pelo Decreto nº 23.252, em 1933, o Centro Militar foi transformado em Escola de Educação Física do Exército. Esta Escola foi o germen do primeiro curso superior de Educação Física. Isso aconteceu por meio do Decreto-Lei nº1. 123, de 1939, na Universidade do Brasil.

Ainda segundo Silva, Júnior e Araújo (2008), os técnicos formados nas primeiras escolas de Educação Física foram os professores que assumiram disciplinas nos primeiros cursos superiores de Educação Física. Portanto, e dentro de uma lógica bem conduzida, não propuseram a construção de currículos que atendessem às necessidades do indivíduo enquanto ser real, num mundo também real. Ao contrário, o que se viu foi uma Educação Física desvinculada, descontextualizada e validada pedagogicamente para todos os contextos, para

todos os homens (sãos), porque, até então, os cursos não faziam referências às pessoas em condições de deficiência.

A formação em Educação Física também foi discutida por Hunger (1995, p.104), onde o estudo na formação da Educação Física foi dividida em três etapas: - Década de 60, onde o foco do campo de trabalho foi a Arte, com aulas teóricas descritivas sob voz de comando de médicos; - na década de 70, o ponto de partida foi o Esporte, influenciado pelo esporte de auto rendimento e currículo com extensa carga horária de disciplinas esportivas; - a década de 80/90, à procura de sua identidade, onde a Educação Física voltou-se para a área da saúde, com objetivos de formar cidadão, autonomia, onde o mais importante é o sistema cognitivo que controla o biológico.

Contudo, a partir da década de 90 a Educação Física se viu frente ao desafio de integrar-se ao novo sistema educacional que se iniciou após a regulamentação da LDB (1996), que instituiu em seu art. 26 - inciso 3º, que a Educação Física deverá ser integrada à proposta pedagógica da escola e que se constitui componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, população esta que não se constituía mais apenas de crianças e adolescentes ditos “normais”, mas passou a comportar também aquelas em condição de deficiência física, mental, sensorial, etc.

Aliado a esse contexto, Soler (2009, p. 132) ressalta que, se voltarmos num passado não tão distante, a Educação Física foi usada para fins de adestramento, exclusão e alienação, verificando que suas tendências e concepções pedagógicas estavam comprometidas com o momento político e econômico em que elas se deram. E não será de uma hora para outra que reverteremos esse quadro. Apesar de todas as mudanças, muita coisa ainda precisa ser feita. É fundamental para o novo profissional de Educação Física ao trabalho com pessoas com necessidades especiais, em escola inclusiva estar apto e conhecer vários tipos de necessidades especiais, pois assim poderá propor atividades integradoras. “Quanto mais claramente se considerar a missão educativa da Educação Física, tanto mais importante se tornarão os fatores psíquicos, a evolução da forma de aprender e pensar da criança, dos interesses dos jovens, das formas de ação e de sociabilidade.” (SEYBOLD,1994, p.18).

## 1.5- Expectativas Atuais da Prática Pedagógica na Educação Inclusiva

Sobre a educação inclusiva, Mendes (1999) ressalta que hoje vem se tornando um grande desafio para o País e que a análise, na perspectiva empírica, permite constatar que:

[...] a inclusão total (se entendida como a inserção de todas as crianças e jovens, independente do tipo e grau de limitação, na classe regular, por tempo integral e sem qualquer outro tipo de apoio) é uma resposta muito simplista e equivocada a um tema demasiadamente complexo, e que, se caracteriza no momento por uma confiança excessiva na retórica e pela falta de evidências científicas. É muito mais uma questão de crença, ou religião do que de ciência (MENDES, 1999, p.18).

Dessa forma Mazzotta (1993), explica que a implantação da educação inclusiva no ensino regular depende não só da boa vontade da sociedade civil, mas também da política de nossos governantes. E, na esfera política, tem-se visto, por várias vezes, que projetos são interrompidos, sem uma reflexão crítica sobre os mesmos, em decorrência das mudanças no governo. Não se pode esquecer que melhorar o nível de ensino é um esforço que, às vezes, demora décadas, requer treinamento contínuo de professores e o envolvimento das famílias e da comunidade, além da implementação das mudanças curriculares que devem ser feitas de forma processual, responsável e devem estar sempre muito bem fundamentadas.

Nesse sentido Aguiar e Duarte (2005, p. 237) enfocam que uma boa escola pública depende essencialmente de diretores e professores preparados, de um currículo conectado ao cotidiano, de instalações físicas razoáveis (como biblioteca, laboratórios e salas de aula que não estejam superlotadas), da vivência cultural dos estudantes e da participação da comunidade.

Porém, tudo isso não se faz meramente com a boa vontade do povo, há necessidade de ações efetivas do governo, como destinação de verbas e melhor valorização do professor. O sucesso da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular e de uma sociedade inclusiva depende da ação conjunta de toda população.

Fala-se muito em trabalhar a diversidade, mas, na prática, a comunidade e a escola ainda não dominam de modo eficaz o como realizar esse trabalho. A inclusão social e a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular é um aprendizado e ocorrerá de forma lenta e gradual em nosso país. No âmbito escolar, os alunos “ditos normais” e seus pais têm apontado falhas na qualidade de ensino de nossas escolas de educação básica. Não é raro ouvir-se falar o quanto nossa educação é ruim e que não está preparada para ninguém. Esse é um dos desafios, espera-se que no futuro a escola inclusiva possa oferecer uma boa qualidade de ensino para todos e que não acabe sendo uma ‘utopia. (AGUIAR e DUARTE, 2005, p. 237).

Ainda segundo Aguiar e Duarte, no que se refere especificamente à Educação Física, fundamentada na visão da cultura desportiva e competitiva, historicamente dominante nas propostas curriculares dessa área, apostar na educação que estimula a competitividade é deixar os alunos submetidos a um único estilo de viver. O mundo está competitivo? Certamente que sim! Entretanto isso não significa que todos devam viver de modo competitivo - tampouco que seja necessário encaminhar a educação dos alunos de modo a ensinar a competitividade. Se o mundo está assim, ele por si só já ensina isso aos mais novos. Cabe, então, às escolas, que têm como um de seus principais papéis o caráter formativo, apresentar aos alunos justamente o que o meio social atual não apresenta: a vida em cooperação e a possibilidade – rica, por sinal – de convivência com a diversidade.

Os professores de Educação Física nas escolas podem contribuir para isso, mesmo na prática dos desportos escolares, onde essa ocorrência parece ser bem mais difícil, porém, possível. Basta, por exemplo, que todos os alunos participem de jogos e campeonatos. Incluindo os que não demonstram talento para nenhuma modalidade esportiva, os que têm dificuldades no controle do próprio corpo e mesmo os que, por características pessoais físicas, não seriam considerados aptos a praticar competitivamente esse ou aquele tipo de jogo. É uma questão de se adequar estratégias metodológicas.

Baseando-se nessa perspectiva De Marco (1995, p. 33) apud Aguiar & Duarte (2005, p. 239) coloca que “mais do que formar atletas, a Educação Física pode contribuir com o desenvolvimento pleno da pessoa, com a formação de uma consciência crítica, com o conceito de cidadania e com o próprio desenvolvimento da consciência corporal”.

Contudo, vale dizer que a educação hoje deve adaptar-se aos novos padrões de superação e todos os integrantes dessa comunidade escolar devem se adequar na formação integra e humanitária de todos os alunos ali presentes, sem discriminações e superproteções. Todos somos capazes de fazer uma educação mais humana, se cada um fizer o que lhe compete, com certeza, caminharemos para uma educação realmente inclusiva.

## **II- OBJETIVOS**

### **2.1- Geral**

- Estudar as contribuições do profissional de educação física no processo de inclusão escolar no ensino regular.

### **2.2- Específicos**

- Descrever como os profissionais de educação física que atuam em uma escola municipal da cidade de Ipatinga MG, se inserem no processo de inclusão de alunos com diferentes necessidades especiais, seus principais anseios e dificuldades.

- Verificar o que o professor regente dessa unidade educacional, pensa sobre o ensino de educação física, a importância da disciplina para a inclusão escolar e os limites e possibilidades para a efetivação de uma educação realmente inclusiva.

- Apontar as possíveis necessidades da valorização e capacitação dos profissionais de educação física para que esse profissional seja um coadjuvante no processo de inclusão educacional.

### III – METODOLOGIA

#### 3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

No Brasil, atualmente, a educação vem sofrendo transformações constantes, principalmente no que diz respeito a inclusão de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares de ensino.

A escola, lugar principal das práticas educativas, é uma instituição social complexa marcada por influências variadas e contraditórias ao longo da história. Por isso mesmo, sabemos que a escola atual não é resultado de um processo evolutivo contínuo, mas fruto de revoluções e movimentos marcados por conflitos de interesses e ideias. Desse modo, olhar a escola como um sistema aberto e condicionado por um jogo de forças em que fatores internos e externos estão em constante movimento é importante para a compreensão de suas especificidades e de seu lugar na sociedade atual. (MACIEL & RAPOSO, 2010, p. 74).

Essas indagações vêm gerando inúmeros desafios para a comunidade escolar, que por sua vez não estava preparada para a inclusão. Nesse sentido Mazzotta (2003, p. 11), define educação especial como:

A modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de "excepcionais", são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de "alunos com necessidades educacionais especiais.

Como a educação especial, a educação física está inerente a esse processo de transformação escolar. Além de jogos e brincadeiras, é preciso que a educação física seja um coadjuvante nesse processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em escolas regulares.

Baseado em Gorgatti e Costa (2005a), a função da Educação Física na escola é educar para compreender e transformar a realidade que nos cerca, a partir de sua especificidade que é a cultura de movimento.

Assim, a Educação Física deve propiciar o desenvolvimento global de seus alunos, ajudar para que o mesmo consiga atingir a adaptação e o equilíbrio que requer suas limitações e/ou deficiência; identificar as necessidades e capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de ação e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e

autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social, quando necessário.

Na busca de compreender a realidade da Educação Física frente ao processo de inclusão no ensino regular, foi realizada uma pesquisa qualitativa, no entanto teve também um caráter quantitativo, quando foi levantado o perfil dos professores envolvidos na mesma. “Importante ressaltar que a pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais. As hipóteses são momentos do pensamento do investigador comprometidos com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento.” (MACIEL & RAPOSO, 2010, p. 82).

Assim, a pesquisa teve como cunho principal revelar a importância que o profissional de Educação Física representa frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais em Escola Municipal da Cidade de Ipatinga MG.

Além disso, a pesquisa qualitativa vem interpretar as contribuições do profissional de Educação Física na escola inclusiva, através da observação dos resultados obtidos em questionários destinados ao professor de Educação Física e o professor regente de turma. Dessa forma a pesquisa busca investigar de forma indutiva e flexível, uma amostra pequena da realidade existente em nossas escolas.

### **3.2 - Contexto da Pesquisa**

A pesquisa apresentada foi realizada em uma escola da rede municipal da cidade de Ipatinga MG doravante chamada de Escola Rapunzel. A escola atende 551 alunos, do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, divididos em dois turnos (matutino e vespertino). A escola atende alunos em séries regulares, alunos com necessidades educacionais especiais (em salas especializadas) e alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em salas regulares. A escola conta com um quadro bem extensivo de funcionários, com os 02 gestores: Direção, Vice-Direção e um Coordenador Pedagógico por turno. Além de 60 professores, sendo 30 no turno matutino e 30 no turno vespertino. A escola ainda conta com uma equipe de Apoio Pedagógico com 06 professores eventuais e auxiliares e também com 10 auxiliares de serviços gerais que são responsáveis pela limpeza, elaboração da merenda e vigilância do local. A escola apresenta um quadro de secretários escolares, composto por 03 profissionais, que são responsáveis pela movimentação escolar dos alunos e dos profissionais da instituição.

A escola possui uma infra estrutura de boa qualidade, sendo o prédio bem extenso e ventilado, as dependências da escola estão equipadas com rampas e demais condições de acessibilidade. As salas de aula são grandes e as carteiras e cadeiras são de boa qualidade, bem como os outros materiais utilizados pelos professores.

Na área da Educação Física, a escola possui quadra poliesportiva coberta, com arquibancada e rampas de acessibilidade. A quadra possui demarcações de todos os esportes em boas condições de visibilidade.

Os materiais de educação física são de boa qualidade e bem variados, como bolas, arcos, cones, bastões, redes, pneus, cordas, jogos de salão, entre outros.

Além disso, possui dois banheiros destinados aos alunos sendo um masculino e outro feminino, um bebedouro, um refeitório, 02 banheiros para deficientes físicos. Para os funcionários a escola tem sala dos professores, com banheiros para aos funcionários, geladeira, bebedouro e microondas, além de computador para os planejamentos.

A escola está localizada em bairro de classe média alta, porém recebe alunos de outras localidades da cidade, principalmente deficientes, por ser uma das duas escolas que possuem maior estrutura para atender esse segmento da população. Dentre as necessidades especiais apresentadas pelos alunos dessa instituição de ensino estão surdos, cegos, surdocego, cadeirantes, paralisado cerebral, síndrome dos ossos frágeis, entre outros. Mas a maior incidência é de alunos surdos e cegos freqüentando as salas regulares de ensino e com acompanhantes ou interpretes nas salas.

Outro ponto importante observado é que as salas que apresentam alunos “ditos normais” e deficientes são turmas pequenas, tendo dez ou menos alunos freqüentando as aulas.

A escola aparenta possuir alunos, em sua maioria, tranqüilos e educados, mantendo um ambiente acolhedor, limpo e organizado. Os professores possuem, em sua maioria, perfil de experientes e bem capacitados.

### **3.3 - Participantes**

A pesquisa foi realizada com uma professora de Educação Física Bete (nome fictício) que trabalha no turno matutino desta instituição de ensino, atuando em todas as turmas de educação especial e classes de alunos incluídos. E com a Professora Lana (nome fictício) do 5º Ano do Ensino Fundamental que é a turma que apresenta bastante diversidade de alunos com deficiências na escola.

A Professora Bete, leciona na escola há 07 anos, tem 33 anos, é formada em Educação Física desde 2001, possui especialização em Psicomotricidade. A mesma trabalha com carga horária de oito horas semanais, sendo um total de quarenta horas semanais e leciona somente a disciplina de Educação Física na escola.

A Professora Regente de turma, Lana, trabalha na escola há 17 anos, tem 40 anos, é formada desde 1994 em Pedagogia e não possui especialização. Ela ministra as aulas dos conteúdos básicos de sala como português, matemática, história, geografia e ciências. A mesma trabalha com carga horária de oito horas semanais, sendo um total de quarenta horas semanais.

As duas professoras possuem experiência na educação inclusiva e trabalham há sete anos com alunos que apresentam necessidades especiais. Portanto, ambas já possuem certa experiência com turmas inclusivas.

Além de Bete, a professora Lana tem a ajuda de outros professores em sala como o professor de artes, de inglês, de ensino religioso, e de inclusão digital. Sendo que o professor de artes e o de inglês possui carga horária de 2 horas semanais e os professores de ensino religioso e de inclusão digital possui carga horária de uma hora semanal.

Mas nesta pesquisa somente responderam ao questionário (Apêndices A e B), as professoras Bete e Lana.

### **3.4 – Materiais**

Para a realização da referente pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

- 1 Bloco de notas
- 1 Caneta
- 1 Computador
- 1 Impressora
- Tinta para impressora
- 100 folhas de papel A4

### **3.5 - Instrumentos de Construção de Dados**

Segundo González-Rey (1997, p. 87) apud Maciel & Raposo, (2010, p. 83) “Os instrumentos representam um continuum dentro da investigação, ao longo da qual se

relacionam uns com os outros e dão lugar a indicadores sustentados pelas relações entre conteúdos procedentes de instrumentos diferentes.”

Neste sentido, foram aplicados questionários distintos para o Professor de Educação Física e para o Professor Regente de turma (Apêndices A e B), para a expressão escrita dos sujeitos envolvidos na pesquisa, onde os mesmos realizaram uma reflexão crítica a respeito de suas experiências.

Esses questionários apresentaram em princípio o perfil do professor, com informações pessoais e profissionais de cada um (explicitados no subtópico participantes). Em seguida o questionário foi direcionado para a atuação individual do foco da pesquisa. Para o professor de Educação Física as perguntas foram direcionadas para o trabalho da disciplina na escola, as facilidades ou dificuldades apresentadas. Já para o professor regente de turma o questionário foi voltado para a sua opinião em relação ao trabalho da educação física na escola, se auxilia o seu trabalho em sala, etc.

### **3.6 - Procedimentos de Construção de Dados**

Para a coleta de dados a pesquisa foi realizada na Escola Rapunzel, pois é uma escola que fica próxima à minha residência, além de conhecer alguns professores que nela lecionam e por isso forneceram informações prévias da instituição.

Para a realização da coleta de dados na escola foram seguidas as seguintes etapas:

- 1- Conversa com a Direção e Coordenação da escola com a entrega da Carta de Apresentação.
- 2- Apresentação da escola pela Coordenadora Pedagógica com uma pequena visita a todos os ambientes escolares.
- 3- Apresentação da acadêmica às professoras participantes da pesquisa com explicação do objetivo da pesquisa e apresentação do Termo de Consentimento, lembrando às mesmas que suas identidades seriam mantidas em sigilo.
- 4- Preenchimento dos questionários pelas professoras. Esses questionários foram respondidos sem qualquer intervenção do aplicador, para não influenciar nas respostas obtidas.
- 5- Agradecimento à Direção da escola.
- 6- Análise dos dados da presente pesquisa.

### **3.7- Procedimentos de Análise de Dados**

O estudo foi construído a partir de questionário individual onde o Professor de Educação Física e Professor Regente de turma responderam a questões de múltipla escolha e abertas, havendo inclusive espaços para opiniões individuais.

Os dados foram tabulados a partir das respostas obtidas nos questionários aplicados e foram analisados em diálogo com as observações realizadas pelo pesquisador, com os argumentos e conceitos presentes nos textos, documentos e legislação que tratam do tema.

## IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo teve caráter qualitativo, tendo em vista que na pesquisa não houve nenhuma manipulação para a seleção da amostra dos informantes. A análise das respostas foi realizada de maneira descritiva visando a consecução dos objetivos do estudo, sendo feita uma análise quantitativa e qualitativa das respostas obtidas.

As questões de número 01 à 07 referentes aos dois instrumentos eram destinadas ao perfil profissional das participantes e foram analisadas e adicionadas no item 3.3 – Participantes.

### 4.1 - Análise do Questionário - Professora Bete (Educação Física)

A questão número oito visa entender se a universidade está capacitando os profissionais de Educação Física de maneira eficiente para lidar com a educação inclusiva. Segundo a professora Bete, a faculdade em que ela estudou não lhe ofereceu suporte suficiente para trabalhar com alunos especiais em salas regulares, o que foi aprendido foi uma educação física adaptada que seria dada aos alunos deficientes separadamente dos alunos normais. “[...] Como eu sempre gostei de educação especial, eu procurei fazer estágios para ganhar experiência no assunto”.

Nesse sentido Barba (2005, p. 57) aponta que:

Hoje, há de se rever à estrutura do currículo, como produto do processo da reflexão social, amparado nos anseios comunitários. Para tanto só com parceria, interação, compromisso e resultado positivo, porque educação envolve a definição da própria vida. Ela revela o grau de evolução dos seres no planeta. Isto exige mutualidade, solidariedade, reciprocidade, interdependência: a saúde de uma gera bem estar no outro. E mais ainda: rigoroso critério na seleção de conteúdos, de profissionais da educação, especificamente do profissional de Educação Física, no acompanhamento dos resultados, dia a dia, para que os objetivos sejam alcançados, através das experiências de aprendizagem, reais, práticas, operosas na busca de mudanças rápidas

Na questão 9 foi perguntado se a professora Bete mesma possuía alguma formação para trabalhar com alunos com necessidades especiais. A mesma apontou que possui vários cursos na área como Libras, oficinas, seminários, capacitação em Educação Física para deficientes.

Dessa forma podemos perceber que o profissional de educação física deve acompanhar o processo de transformação que a escola vem sofrendo e buscar formas de se capacitar para não ficar alheio a essas transformações, não esquecendo de salientar o papel do poder público em se preocupar com a capacitação constante dos professores da rede pública para melhorar a qualidade da educação inclusiva no Brasil.

A questão 10 trata das dificuldades encontradas pelo professor de Educação Física para trabalhar com alunos com necessidades especiais. A Professora Bete salientou que “sua maior dificuldade é quando chega algum aluno com uma deficiência que ainda não se teve acesso ou conhecimento sobre a mesma, a forma correta de trabalhar, etc.” No caso dela citou a doença “ Ossos de Vidro”, pelo qual está enfrentando bastante dificuldades para trabalhar.

Esta resposta da Profa. Bete nos remete ao que diz Stainback e Stainback (1999, p. 21)

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas.

Assim pode-se compreender que o professor de Educação Física assim como todos os constituintes da escola inclusiva devem buscar formas de socializar o aluno com necessidade especial fazendo com que o mesmo se sinta capaz de se incluir na sociedade.

Na questão 11 foi solicitada a opinião da profissional sobre a infra estrutura da escola e os materiais disponíveis para as aulas de educação física eram adequados para atender os alunos com necessidades especiais.

Segundo a Professora Bete faltam materiais e estrutura física adequada para melhorar as aulas de Educação física. Entre outros, a professora citou a falta de materiais específicos para cada tipo de deficiência, como bolas, jogos, etc. Além da falta de acessibilidade, como rampas e corrimão.

De acordo com Freire (1989) apud Soler (2009, p.162) “o que falta nas escolas, na maioria das vezes, não é material, é criatividade. Ou melhor, falta o material mais importante. Essa tal criatividade nunca é ensinada nas escolas de formação profissional.”

Contrapondo esse pensamento Soler (2009, p. 164), defende os direitos do professor tais como: ter um espaço, material, boa remuneração, valorização de sua profissionalidade, enfim todas as condições mínimas para um ensino de qualidade.

A questão 12 solicita que a pesquisada cite exemplos de resultados positivos do trabalho do Professor de Educação Física. Nesse sentido a professora Bete revelou que sente – se como um agente ativo na inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola, onde, através das aulas de Educação Física pode amenizar as diferenças quando consegue fazer com que cada aluno (a) participe das atividades, respeitando as diferenças e as necessidades de cada um.

Dessa forma, Ferreira (2006, p. 66) contextualiza que a Educação Física, na sua prática, ao remeter o papel do brincar, oportuniza à criança novas formas de aprendizagem, mais dinâmicas, devolvendo-lhe a autoconfiança, a auto-estima, concretizando, assim, a referida aprendizagem.

Na questão 13 referente a participação em cursos para ampliação de conhecimento sobre a educação física adaptada, a Professora Bete disse que sempre participa dos cursos oferecidos pela Rede Municipal de Ensino, que acontecem mensalmente ou bimestralmente para todos os professores, inclusive os professores de Educação Física.

Com essa iniciativa podemos compreender que o professor de Educação Física não tem ficado alheio ao processo de inclusão escolar, uma vez que, possuem capacitações constantes para aprimoramento da qualidade do ensino.

Em relação à questão 14, quando perguntada se acredita que a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais no ensino regular poderá beneficiá-los, a Professora Bete ressaltou que a maior prova do benefício da inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular é “[...] a alegria que os alunos incluídos possuem em realizar e participar das atividades propostas.”

Através desta fala pode-se inferir a satisfação que os alunos incluídos demonstram ao se sentirem realmente incluídos e valorizados. Prova disso é o que mostra o PCN(1996) *apud* Soler (2009, p.65):

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, que levam este aluno a uma maior condição de consciência, em busca da sua futura independência.

Na questão 15 foi solicitado que a pesquisada elencasse os critérios de avaliação que utiliza para acompanhar a evolução dos alunos com necessidades especiais.

A professora Bete informou que em sua escola os professores realizam habitualmente avaliações da performance do aluno no início e no final do ano, sendo que dessa forma é possível mensurar os efeitos positivos que a Educação Física proporciona aos mesmos.

Esta informação nos lembra que “o professor, durante a atividade, deve observar individualmente cada criança, e descobrir suas necessidades, e a partir daí, planejar suas aulas. É muito importante que as crianças se sintam desafiadas e estimuladas, a cada vez aprender mais.” (SOLER, 2002, p. 21).

Na questão 16 foi perguntado se a escola possuía algum serviço de apoio para auxiliar o professor nas aulas de educação física. A Professora Bete enfatizou que os alunos incluídos possuem monitores, ou seja, professor auxiliar que ajuda o aluno à adaptar-se e realizar as atividades propostas. Assim, pode-se entender que essa instituição escolar está em consonância com a LDB (1996), artigo 58, inciso 1º: “Haverá, sempre que necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades de clientela de educação especial”.

Na questão 17 a pesquisada foi solicitada a citar sugestões para aprimorar o trabalho da Educação Física frente ao processo de inclusão.

Para responder esta questão a Professora Bete voltou a enfatizar a aquisição de materiais específicos para cada deficiência e a acessibilidade na quadra de esportes da escola com aquisição de rampas e corrimão para os cadeirantes.

Nesse sentido Silva, Araújo & Lima( 2008, p. 57) entende que o tema “acessibilidade” torna-se parte fundamental no processo de construção, cujo objetivo é a transformação de meios a fim de garantir o ir e vir tão necessários para o exercício da liberdade e cidadania garantidas na legislação brasileira.

#### **4.2 - Análise do Questionário - Professora Lana (Regente de Turma)**

Na questão 8 foi perguntado se a professora possui cursos de formação para trabalhar com alunos com necessidades especiais. A Professora Lana revelou ter vários cursos de formação, dentre eles: Libras, Curso de comunicação alternativa, Extensão em matemática, Curso de educação inclusiva do Hospital Sarah Kubitschek de Belo Horizonte.

A fala da pesquisada nos revela que os profissionais que trabalham na educação inclusiva devem sempre estar se capacitando, além do dever do Estado de capacitar os professores continuamente como são revelados na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que convoca a todos os governos e requer: “Capacitação de professores, quer seja

durante a sua atuação ou quer seja enquanto esteja em formação, enquanto houver o processo de mudança para a educação inclusiva.”

Na questão 9 buscou-se revelar as dificuldades do professor regente em trabalhar com alunos com necessidades especiais. A Professora Lana respondeu que sua maior dificuldade é a falta de materiais e locais adequados para realizar algumas atividades “que são de extrema importância para que esses alunos se aproximem dos conhecimentos fundamentais exigidos.” Através dessa colocação pode-se compreender que as dificuldades apresentadas pela professora Lana são as mesmas que a Professora Bete de Educação Física relatou. Nesse sentido faz-se necessário uma atuação governamental para melhorar as condições de acessibilidade e disponibilidade de materiais adequados para a efetiva construção de inclusão social na escola regular. Como determina o Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 art.8ºinciso I que nos traz um conceito de acessibilidade:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p. 4).

Na questão 10 foi solicitado para a pesquisada emitir sua opinião sobre as aulas de educação física, ou seja, se as mesmas auxiliam no processo de inclusão escolar. A Professora Lana comenta sobre o auxílio da Educação Física no processo da inclusão escolar respondendo que: “A Educação Física é uma matéria fundamental no processo de inclusão, pois o aluno é respeitado, com suas limitações e levado a quebrar barreiras, em cada atividade realizada.”

Nesse sentido Soler (2009, p. 94) comenta que a participação do aluno portador de necessidades especiais na aula de Educação Física é muito importante para que ele desenvolva suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração, e de inclusão social, favorecendo a sua autonomia e independência.

Já na questão 11 a professora Lana foi questionada a responder se o professor de educação física tem sido um colaborador no processo de inclusão escolar. A Professora Lana avalia a atuação da Profissional de Educação Física como colaboradora do processo inclusivo e a mesma afirma que a Professora Bete sempre respeita a singularidade de cada aluno.

Portanto, pode-se entender que: “O professor de Educação Física deverá fazer as adequações necessárias, nas regras, nas atividades, na utilização de espaço, usando materiais para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como em todo o grupo, possibilidades que favoreçam a sua formação integral.” (SOLER, 2009, p. 94).

Na questão 12 a Professora Lana foi indagada sobre a participação da professora de Educação Física nos planejamentos escolares. Segundo ela, a Professora Bete (Educação Física) sempre participa e procura se inteirar das dificuldades de cada aluno, planejando suas aulas com objetivo de auxiliar no que o aluno mais precisar.

Assim, podemos constatar que o professor de Educação Física deve estar em constante sintonia com os demais professores para se tornar um facilitador no processo de inclusão escolar, bem como um agente ativo na melhoria das habilidades psicomotoras dos alunos com necessidades especiais.

Como afirma Nunes (2001) *apud* Ilha (2008, p. 3), o professor de Educação Física deve participar das reuniões pedagógicas, pois são nessas reuniões que são traçados planejamentos que darão o direcionamento que os professores devem seguir.

Na questão 13 foi perguntado se os cursos existentes na Rede de Ensino são oferecidos para os professores de Educação Física. Segundo a Professora Lana, os professores de Educação Física sempre participam dos cursos de capacitação oferecidos e, além disso, os professores se empenham pesquisando e construindo materiais e jogos que auxiliam na prática de suas aulas.

Portanto, “na prática, é importante que o aluno perceba a Educação Física como um instrumento facilitador da aprendizagem, entendendo os conteúdos propostos e estabelecendo relações nas suas diversas dimensões (cognitiva, afetiva, social e, claro, motora).” (FERREIRA, 2006, p. 38).

Contudo, na questão 14, a professora foi interrogada sobre a efetiva inclusão dos alunos nas aulas de Educação Física e respondeu: “**Sim**, as aulas de Educação Física são inclusivas, pois todos os alunos têm oportunidade de participar, inclusive os alunos com paralisia cerebral e cadeirantes.”

Dessa forma compreende-se que a Educação Física pode realmente ser inclusiva, se houver a colaboração de todos e estímulo do professor, como reforça Daólio (1995, p. 54) defendendo que a Educação Física, no âmbito escolar, deve atender a todos os alunos, considerando e respeitando as diferenças. Assim, para o autor, a Educação Física deve ir além da cultura corporal, deve explorar as diferenças da própria pluralidade da cultura corporal.

Na questão 16, a Regente foi indagada sobre os resultados positivos do trabalho realizado na Educação Física para sua turma. A Professora Lana apontou os resultados positivos que a Educação Física traz para o desenvolvimento dos alunos em sala, dentre eles a

professora destacou que os alunos melhoram a percepção sensorial em geral, a lateralidade, a noção de espaço e os movimentos em geral.

Portanto, pode-se compreender o trabalho marcante da Educação Física na Psicomotricidade dos alunos em sala de aula. “A educação psicomotora é uma educação de base, que visa atingir a criança no plano afetivo, no desenvolvimento funcional, e na percepção do corpo e da mente.” (COLLELLO, 2004, p. 74).

E, por último, completando o questionário a questão 17 procurou buscar as sugestões da Professora Lana para melhorar o trabalho da Educação Física na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. A Professora Lana respondeu que o trabalho deve ser voltado para a psicomotricidade, como já é feito em sua escola, pelos profissionais, “assim ele ajuda na inclusão desses alunos com N.E.”

Portanto, a Educação Física, quando trabalhada de forma correta, pelo profissional capacitado, pode contribuir significativamente para o processo de inclusão escolar. “Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades[...] As características mais importantes das crianças e jovens com deficiência são as suas habilidades”. (HALLAHAN e KAUFFMAN, 1994, *apud* SOLER, 2009, p. 25).

## V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou mostrar as contribuições que o profissional de Educação Física pode apresentar dentro do contexto de educação inclusiva, uma vez que a disciplina proporciona socialização e melhoria nas funções psicomotoras dos alunos.

Nessa problemática a pesquisa coloca em questão: O que o profissional de Educação Física pode proporcionar na educação inclusiva? Quais são suas perspectivas e dificuldades em trabalhar com alunos incluídos em salas regulares do ensino fundamental? Nessa concepção os resultados apresentaram que a Educação Física é parte fundamental da inclusão escolar, uma vez que é uma disciplina que trabalha a motricidade corporal e, além disso, é muito importante na socialização dos alunos, como salienta a professora “... Sinto-me como um agente ativo na inclusão dos alunos com NEE na escola, onde através das aulas de Educação Física posso amenizar as diferenças quando consigo que todos participem da atividade.” Mas podemos constatar também através dos resultados que o professor de Educação Física tem que estar sempre em sintonia com as outras disciplinas da turma e buscar a criatividade para suprir a falta de materiais adequados para algumas deficiências e até mesmo em relação à acessibilidade, como a falta de corrimão na quadra de esportes, como exemplificou a professora.

Outras questões envolvidas na pesquisa foram: O professor regente vê o professor de Educação Física como um colaborador de seu trabalho? Os profissionais de Educação Física são regularmente capacitados para atuarem na educação inclusiva? Assim podemos compreender com a análise dos resultados obtidos que o professor regente entende a importância que a Educação Física traz para a inclusão dos alunos com NEE, quando revela que “ a Educação Física é uma matéria fundamental no processo de inclusão, pois o aluno é respeitado, com suas limitações e levado a quebrar barreiras em cada atividade realizada. Além disso a professora revelou que o mesmo procura sempre trabalhar em sintonia com o professor regente. Quanto às capacitações foi constatado que o professor de Educação Física participa de todas as capacitações oferecidas pela rede de ensino que são oferecidas mensalmente ou bimestralmente, além disso o professor de Educação Física complementa sua capacitação de forma particular com especializações e cursos extras, como por exemplo Libras, oficinas, seminários, capacitação em educação especial.

Através dos resultados expostos podemos constatar que a Educação Física dentro do contexto educacional é de extrema importância para o desenvolvimento do aluno em sala de

aula, principalmente se esse aluno precisa ser incluído, pois a Educação Física proporciona atividades de cooperação que um ajuda o outro e os alunos menos favorecidos se sentem valorizados.

Outro ponto verificado nos resultados foi que o professor de Educação Física está sendo valorizado pelo seu trabalho na escola inclusiva, obtendo apoio de outros professores e buscando trabalhar em parceria com interdisciplinaridade.

Ainda segundo o estudo, existem capacitações constantes para os professores e inclusive para os profissionais de Educação Física, porém, uma das grandes dificuldades encontradas tanto pelos professores de sala como pelo profissional de Educação Física foram a falta de corrimão na escola entre outros materiais específicos para cada deficiência, fazendo com que o trabalho executado pelo professor fique aquém do que poderia ser.

Portanto, pode-se concluir com essa pesquisa que a Educação Física pode ser uma grande aliada na escola inclusiva, desde que os profissionais sejam bem capacitados para atender a demanda e possuam vontade de evoluir com a escola e os demais professores, trabalhando de forma diversificada e interativa com as demais disciplinas da sala.

Assim, esperamos que a Educação Física possa caminhar lado a lado com a Educação Inclusiva, trazendo seu melhor para aprimorar a motricidade e a integridade daqueles que já são tão marginalizados.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, João Serapião; DUARTE, Edson. *Educação Inclusiva: Um Estudo na Área da Educação Física*. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, Mai.-Ago. 2005, v. 11, n.2, p.223-240. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a5.pdf>>. Acesso em: 07/03/2011.
- BARBA, Aline de Oliveira. *A Educação Inclusiva e a Formação do Professor de Educação Física*, 2005. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/a-educacao-inclusiva-e-formacao-professor-educacao-fisica>. Acesso em: 16/03/2011.
- BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, dez/1996.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília. MEC/SEF. Vol. 7, 1997.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental*. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio - Educação Física*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- \_\_\_\_\_. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Acessibilidade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução n. 2 de 11 de setembro de 2001*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

- BROTTO, F. O. *Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência*. Santos: Projeto Cooperação, 2001.
- COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão Escolar. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al]. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília: Editora UnB. 2010. P. 55-72.
- COLLELLO, S. *Alfabetização em questão*. São Paulo: Graal, 2004.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- DAÓLIO. Da Cultura do Corpo. In: PICOLLO, V. L. N. (Org.) *Educação Física Escolar: Ser... ou não ter?* Campinas: Papirus, 1995.
- DE MARCO, A. Educação Física ou Educação Motora? In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Pensando a Educação Motora*. Campinas: Papirus, 1995. P. 27-35.
- FERREIRA, Vanja. *Educação Física: Interdisciplinaridade, Aprendizagem e Inclusão*. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.
- GALLARDO, Jorge Sérgio Peres. *Didática da Educação Física, a criança em movimento, jogo, prazer e transformação*. São Paulo: FTD, 1998.
- GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. *Atividade Física Adaptada*. Barueri - SP: Manole, 2005a.
- GORGATTI, Márcia G. *Educação Física Escolar e Inclusão: Uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e as atitudes dos professores*. 2005.189p. Dissertação (Doutorado em Educação Física)- Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, 2005b.
- GONZÁLEZ-REY, F. *Epistemologia Cualitativa y Subjetividad*. EDUC: São Paulo, 1997.
- HUNGER, D.A.C.F. *Professores universitários de educação física: concepções subjacentes na sua formação profissional x perfil acadêmico idealizado*. In: Coletânea III Encontro Nacional da História do Esporte, Lazer e Educação Física. Curitiba: UFPR, 1995.
- ILHA, Franciele Roos da Silva. *O professor de Educação Física e sua participação no planejamento educacional*, 2008. Revista Virtual Partes. Disponível em: <[http://www.partes.com.br/educacao/professordeEF.asp#\\_ftnref1](http://www.partes.com.br/educacao/professordeEF.asp#_ftnref1)>. Acesso em: 30/03/2011.
- KELMAN, Celeste Azulay [et al]. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1985.
- LIMA, S.M.T.; DUARTE, E. *Educação Física e a escola inclusiva*. In: SOBAMA. *Temas em educação física adaptada*. Curitiba: UFPR, 2001.

LEANDRO, Marcilene Rosa. *Educação Física no Brasil: Uma História Política*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo 2002. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3097/1/Educacao-Fisica-No-Brasil-Uma-Historia-Politica/pagina1.html>>. Acesso em: 06/03/2011.

LUNARDI, M. L. *Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda*. Revista Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, n.18, p. 27-35, 2001.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Mírian B. Tavares. Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al]. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília: Editora UnB. 2010. P.73-102.

MAZZOTTA, M. J. S. Questão de Entendimento. In: *Mesa-Redonda: Mudanças de Atitudes da Escola Frente à Integração*. Vivência, 14, p. 15-17, 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E. G. Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia? Apostila produzida para a Mesa-Redonda do LIDE-USP / São Paulo, 1999.

NUNES, F.S. *Educação Física frente ao processo de terceirização*. Trabalho monográfico de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana. Setembro, 2001.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. *O que é educação física?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, D. *A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas*. Revista da Educação Física da UEM, Maringá, v.14, n.1, p.67-73, 2003.

SAPON-SHEVIN, Mara. *Celebrando a diversidade, Criando a comunidade: O currículo que honra as diferenças, baseando-se nelas*. In: STAINBACK, Susan. *Inclusão: Um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. *Inclusão – Um Guia para Educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SEYBOLD, A. *Educação Física Princípios Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1994.

SILVA, Rita de Fátima, JÚNIOR, Luiz Seabra, ARAÚJO, Paulo Ferreira. *Educação Física Adaptada no Brasil: da História à Inclusão Educacional*. São Paulo: Phorte, 2008.

SILVEIRA, Carolina Reis, [et al]. *Educação Física Escolar: o impacto do processo de inclusão*. Revista Digital, Buenos Aires, Ano 13- nº119, 04/2008. Disponível em: <<http://www.efdesportes.com>>. Acesso em: 06/03/2011.

SOLER, Reinaldo. *Brincando e aprendendo na Educação Física Especial*. São Paulo: Sprint, 2002.

SOLER, Reinaldo. *Educação Física Inclusiva na Escola: em busca de uma escola plural*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Lisboa: IIE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: psicologia e pedagogia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## APÊNDICES

### A - Questionário - Professor de Educação Física (Modelo)

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para a conclusão do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília-UNB, cujo tema é “As contribuições da educação física para o processo de inclusão escolar”, e gostaria de contar com a sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Dulce Vicentina de Souza

Escola: \_\_\_\_\_

1- Sexo:

(  ) Masculino                      (  ) Feminino

2- Idade: \_\_\_\_\_

3- Formação acadêmica:

a- (  ) Graduação

b- (  ) Especialização

c- (  ) Mestrado

d- (  ) Doutorado

4- Quanto tempo você tem de formada? \_\_\_\_\_

5- Há quanto tempo você trabalha com educação física? \_\_\_\_\_

6- Há quanto tempo trabalha com alunos com necessidades especiais? \_\_\_\_\_

7- Quantas horas você trabalha por dia? \_\_\_\_\_

8- Você acredita que a faculdade gradua o profissional de educação física para trabalhar com alunos com necessidades especiais? Por favor, justifique a sua resposta.

9- Você fez curso (s) de formação para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

a- (  ) Sim . Qual(is) : \_\_\_\_\_

b- (  ) Não

10- Você encontra dificuldades para trabalhar com alunos com necessidades especiais? Quais seriam essas dificuldades? Justifique a sua resposta.

11- Em sua opinião, a estrutura física da escola e os materiais disponíveis para as aulas de educação física são adequados para atender os alunos com necessidades especiais? Justifique sua resposta.

12- Cite exemplos de resultados positivos de seu trabalho.

13 - Você gostaria de participar de cursos de para ampliar seus conhecimentos sobre a educação física adaptada? Comente sua resposta.

14- Você acredita que a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais no ensino regular poderá beneficiá-los. Porque?

15 – Quais critérios de avaliação você utiliza para acompanhar a evolução dos alunos com necessidades especiais?

16- A sua escola possui algum serviço de apoio (intérpretes, estagiários, acompanhantes, etc.) para auxiliar o professor nas aulas de educação física? Se positivo, especifique qual (is).

17 - Cite sugestões para aprimorar o trabalho da educação física frente ao processo de inclusão escolar.

## B - Questionário - Professor Regente de Turma (Modelo)

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para a conclusão do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília-UNB, cujo tema é “As contribuições da educação física para o processo de inclusão escolar”, e gostaria de contar com a sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Dulce Vicentina de Souza

Escola: \_\_\_\_\_

1- Sexo:

( ) Masculino                      ( ) Feminino

2- Idade: \_\_\_\_\_

3- Formação acadêmica:

e- ( ) Graduação

f- ( ) Especialização

g- ( ) Mestrado

h- ( ) Doutorado

4- Quanto tempo você tem de formada? \_\_\_\_\_

5- Há quanto tempo você trabalha com educação? \_\_\_\_\_

6- Há quanto tempo trabalha com alunos com necessidades especiais? \_\_\_\_\_

7- Quantas horas você trabalha por dia? \_\_\_\_\_

8- Você possui cursos de formação para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

Comente.

9- Você encontra dificuldades para trabalhar com alunos com necessidades especiais? Quais?

10- Em sua opinião, as aulas de educação física auxiliam no processo de inclusão escolar?  
Porque?

11- O professor de educação física tem sido um colaborador no processo de inclusão escolar?  
Como?

12- O professor de educação física de sua escola participa de reuniões de planejamento e conselhos de classe?

13- Os cursos de capacitação existentes na Rede são oferecidos para os professores de educação física? Comente.

14 – Em sua opinião, as aulas de educação física na sua escola são realmente inclusivas? Justifique sua resposta.

15 - O professor de educação física recebe algum tipo de auxílio para realizar suas aulas? Quais?

16 - Você percebe resultados positivos do trabalho realizado na educação física em sua turma? Explique.

17- Quais sugestões você teria para melhorar o trabalho da educação física na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular?

## ANEXOS

### A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a):

Escola Municipal Rapunzel

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Assunto: Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Dulce Vicentina de Souza sob orientação, Professora Mestre Rosania Aparecida Stoco de Oliveira cujo tema é: “As contribuições da Educação Física para o processo de inclusão escolar”, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones: xxxx ou por meio do e-mail: [dulcevicentina@hotmail.com](mailto:dulcevicentina@hotmail.com).

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)**

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar




---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor Professor,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “ As contribuições da Educação Física para o processo de inclusão escolar”. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa dois questionários que serão respondidos, um pelo professor de Educação Física e outro pelo professor regente de turma, o intuito de colher dados para subsidiar a pesquisa. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico dulcevicentina@hotmail.com, Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Dulce Vicentina de Souza

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.  
UAB – UnB

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_